



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 146 - 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1998 - R\$ 1,00

Não aceitemos os acordos traidores de redução de salários.

Eles só servem para preparar mais demissões!

Não aceitemos as "demissões voluntárias", nem cortes de direitos trabalhistas!

Rejeitemos o trabalho temporário!

**Construamos um movimento nacional
para pôr abaixo o Plano de fome de FHC!**



**Contra as demissões,
Greve com Ocupação de Fábrica!**

**Fidel confia na
burguesia e na Igreja.**

**A visita
do Papa a
Cuba serve
à restauração
capitalista.**



A QUINZENA DE LUTA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

O que é a defesa dos interesses dos trabalhadores? Quando milhares e trabalhadores estão sendo demitidos, a defesa do direito ao trabalho deve ser a bandeira levantada por todos os operários empregados e desempregados. Os capitalistas já anunciam para 1998 o aumento do desemprego. Eles necessitam da força de trabalho dos operários. A tecnologia não pode se desfazer completamente da força de trabalho, de onde sai a exploração e a riqueza. A classe operária quer trabalho e é por esta conquista que todos os trabalhadores devem lutar até o fim.

A solidariedade e a unidade dos desempregados e empregados faz parte da história do movimento operário. Muitos casos de demissões foram respondidos, no passado, com greves e passeatas nas ruas.

Trata-se de retomar a tradição de luta e superar a trava da burocracia sindical. Os acordos de redução do salário e de conquistas fortalece o patronato e enfraquece o movimento operário. Nossa tarefa deve ser rejeitar tais acordos e declarar guerra às demissões. Nosso instrumento de luta: greve com ocupação de fábrica e unidade.

- Apropriar-se de toda a produção contra o calote nos salários!

- Pela reabertura das creches e berçários fabris e municipais!

- Não aos acordos de redução de salários! Reajuste de acordo com o custo de vida!

O caminho das lutas

* Metalúrgicos da Unionrebit, de São Caetano, recusam a redução de jornada e de salário. Dizem Não ao acordo da Força Sindical com o Sindipeças.

* Trabalhadores da Nicobrás, em São Bernardo, em greve exigindo o pagamento do salário de dezembro.

* Metalúrgicos da Metafac, de Santo André, fazem greve contra

o atraso no pagamento dos salários de dezembro e adiantamento de janeiro.

* Padeiros da Provenzal, em Vila Prudente, fazem nova greve contra o atraso do salário de dezembro, 13º e cesta básica. Em dezembro, os padeiros entraram em greve e, com a promessa dos patrões de pagar os salários atrasados, retornaram ao trabalho.

* Ferroviários da Fepasa recebem boletim interno Fepasa Urgente comunicando novas medidas de corte de despesas. A creche e o refeitório foram fechados e as férias em fevereiro foram suspensas. A exigência de creches para filhos de funcionários é um direito social conquistado com muita luta pelos trabalhadores. As creches municipais também foram abandonadas e fechadas. "Cortar" despesas para os patrões significa reduzir a péssimas condições a vida dos trabalhadores.

* Metalúrgicos demitidos da Nordon acampados desde 02 de dezembro sem receber nenhum direito, FGTS, seguro-desemprego, INSS. Os patrões se endividaram com o BNDES e os operários aguardam decisão de leilão dos bens da fábrica. A dívida trabalhista é de R\$ 6,5 milhões. Os capitalistas vivem roubando os operários e se aproveitando do dinheiro público doado pelo governo burguês larápio. Descontam os chamados encargos sociais" dos salários e embolsam o dinheiro. Fazem empréstimos bancários e não pagam. Enquanto isso, os operários e suas famílias não têm de onde tirar dinheiro para sobreviver. O diretor sindical, "Carioca", fala em desocupar a fábrica. Os operários devem tomar o controle da produção! Não basta o acampamento. Ocupar a fábrica é tomar coletivamente a produção!

* Químicos da Nitroquímica, da produção de ryon, foram demitidos. Os capitalistas culpam as importações chinesas.

* Trabalhadores da Cofade (Grupo Cofap) de Mauá entram em greve contra o pagamento diferenciado da participação no Lucro (PLR).

* Carteiros marcam dia nacional de luta contra o governo para dia 10 de fevereiro. Os carteiros brigam para reintegração dos demitidos durante a greve de agosto de 97 e denunciam a demissão de mais 1400 funcionários.

* Metalúrgicos da Metalpó e da Combustol, em Pirituba, estão em greve contra o calote no reajuste de 4% do acordo salarial da data-base, em novembro. O patrão é o vice-presidente do Sindipeças, Thales Peçanha, que negociou a redução de salário com a Força Sindical.

* Bancários do Banerj protestam com sardinhada na agência da avenida Paulista contra o fechamento de 27 agências com 1000 demissões previstas.

* Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo fecha o 6º acordo de redução de

jornada e de salários. Em fevereiro e março, os operários da Tecnotubo, em Itaquera, terão a jornada reduzida em 25% e os salários em 10%. Nenhum trabalhador deve se sujeitar a este tipo de negociação que não solucionará o problema do desemprego. Os capitalistas já pagam um salário de fome e não há garantia de que não demitirão depois.

* Dismac da Zona Franca de Manaus dispensa todos os operários ao voltarem das férias coletivas. O sindicato dos metalúrgicos do Amazonas fecha acordo de reduzir em 50% o valor das rescisões contratuais. Organizar comitês de defesa dos desempregados! Ocupar a fábrica e exigir a abertura da contabilidade da empresa!

* Metroviários fazem manifestação de protesto contra as péssimas condições de trabalho. As cabines de operação não possuem sistema de ventilação.

* Metroviários fazem assembléia para discutir a situação dos aposentados que continuam trabalhando e devem optar até dia 30/01 pela aposentadoria ou pelo salário (lei 9.528, de 11 de dezembro de 1997). Durante anos, os operários são sugados pelo governo-capitalista e ao fim de suas vidas não conseguem parar de trabalhar por receber um salário insustentável.

* Metalúrgicos da Ford, de São Bernardo, avaliam as propostas para reduzir custos de mão-de-obra e entram em acordo com os patrões em discutir a ampliação da jornada flexível entre 36 e 46 horas semanais e redução do adicional de horas extras. Recusam os 27 itens da proposta patronal. Ufa! Porém, o desemprego para 300 operários é certo. E os 800 serão negociados". A direção sindical impede a luta dos trabalhadores quando retira a greve da pauta da assembléia. Colabora com o patrão. A greve (paralisar a produção) é a arma dos operários contra a exploração e o desemprego.

A imprensa burguesa anuncia contratação de mil funcionários pela Companhia Vale do Rio Doce. A notícia parece verdadeira, mas não é. A Vale do Rio Doce demitiu 3.763 trabalhadores. Agora vai contratar trabalhadores desempregados por metade dos salários. Um maquinista que recebia um salário de R\$ 2800,00 receberá R\$ 1700,00; a média salarial de um técnico caiu de R\$ 1200,00 para R\$ 600,00; um manobrista de locomotiva cujo salário era de R\$ 700,00 passou a receber R\$ 300,00.

Esta é a lição: Toda privatização resulta em demissão massiva. Os novos donos só querem lucrar mais às custas do aumento da exploração. É preciso lutar contra as privatizações com a bandeira do estatismo e controle operário da produção.

Nacional



Metalúrgicos do ABCD: Acordo sem luta

A posição inicial da direção do Sindicato Metalúrgico do ABCD de não aceitar a proposta da Volkswagen de reduzir salários para não demitir não passou de uma manobra para negociar um acordo vergonhoso. O primeiro passo foi aceitar as demissões voluntárias. Por elas, atingiu-se 4062 demissões, contando com as 1100 demissões compulsórias de aposentados. Isso quer dizer que se admitiu a destruição de postos de trabalho numa situação em que o desemprego é alarmante. A demissão "voluntária" é uma capitulação perante à ofensiva capitalista contra a vida dos operários.

Não bastando isso, o sindicato continuou na mesa de "negociação" para achar fórmulas que viabilizem a economia de 200 milhões de reais em favor da multinacional alemã. No último dia 15/01/98, a direção do sindicato e a empresa chegaram a um acordo, que não garante o emprego a ninguém e corta diversos direitos conquistados. Somente neste ano, a Volks economizará 50 milhões, já descontados os 130 milhões em indenizações com as demissões voluntárias, e atingindo 200 milhões até 1999. As perdas dos trabalhadores são:

a) redução do adicional de 100% para 50% nas horas-extras aos sábados, e de 200% para 100% aos domingos.

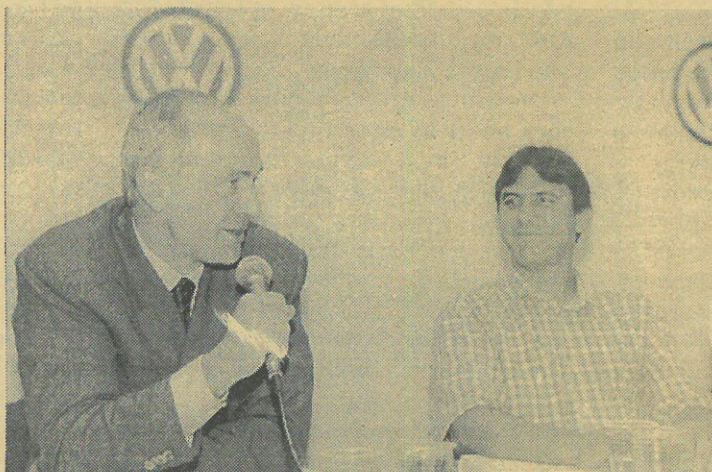
b) fim da folga aos sábados, com a semana de seis dias.

c) banco de dias: quando o mercado estiver em baixa, os trabalhadores não trabalham aos sábados, mas quando a produção estiver aquecida, então trabalham nesse dia sem receber hora-extra.

d) redução na participação dos lucros

e) maiores descontos em folha sobre transporte (53% a mais) e alimentação (28% a 34% a mais).

f) adiamento do pagamento da primeira parcela do 13º salário de janeiro para junho.



Marinho, do Sindicato Metalúrgico/ABC: rindo de que?

g) não se poderá mais tirar 10 dias das férias em dinheiro.

h) redução do adicional noturno de 30% para 25%

Como se vê, a burocracia grita grosso, convoca uma passeata contra a redução dos salários e depois entrega o ouro aos bandidos. O resultado das negociações entre a direção sindical e a empresa foram mais de 4 mil demissões e redução dos salários, sem nenhuma garantia do emprego. Está provado: sem luta não se pode enfrentar as demissões e o arrocho salarial.

Diante das ameaças de demissão e corte de salário, trata-se de organizar a luta, ou seja, a greve com ocupação de fábrica.

Mais uma rodada de negociata. Mais uma traição.

Logo a seguir do acordo com a Volks, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC foi negociar com a Ford o corte de mais de 1200 funcionários. A multinacional americana percebeu logo que poderia se colocar com força diante de uma direção sindical que se apóia no blablablá e não na mobilização operária. Foi logo querendo impor um acordo de afastamento integral de uma parte dos operários, que teriam seus salários reduzidos mês a mês até ficarem sem emprego ou salário. O custo desses salários pagos a afastados seria des-

contado dos outros operários, ainda na produção. Propôs ainda o adiamento do pagamento do FGTS.

Como se vê, os patrões estão vindo para cima dos operários com toda força. Trata-se de uma verdadeira ofensiva patronal contra os salários e o emprego. O ataque patronal cresce porque os capitalistas tomam como base cada recente acordo firmado. Esses acordos, que admitem perdas, vão assim enfraquecendo o movimento operário, ao abrir espaço para os patrões avançarem contra as conquistas e direitos adquiridos. Por isso, a responsabilidade das direções sindicais não é apenas em relação a uma empresa ou categoria, mas se estende ao conjunto do movimento operário e dos trabalhadores em geral.

A posição da burocracia sindical de se submeter às negociatas de perdas de direitos é uma traição, que leva à perda direta ou indireta de salários e também à perda de emprego.

Temos de recusar essa via. Opor a ela o caminho da luta direta. Nossa palavra de ordem deve ser:

Contra as demissões, greve com ocupação de fábrica!

Redução da jornada sem redução de salários ou direitos!

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Revolução no trabalho ou traição?

O presidente do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, Paulo Pereira da Silva (Paulinho), escreveu um artigo na Folha cujo título é: "Revolução no trabalho". Seu objetivo é defender o contrato por tempo determinado, recentemente aprovado pelo Congresso. Segundo ele, reduzir salário e liquidar conquistas sociais em troca de redução da jornada de trabalho seria uma revolução.

Na realidade, trata-se de traição às necessidades mais elementares da classe operária. Não há nenhuma novidade no reacionarismo dessa ala direitista do sindicalismo brasileiro. Mas nem por isso devemos deixar de lado a luta ideológica e prática contra essa fração do burocratismo, organizada na Força Sindical.

A burocracia sindical não tem idéias próprias. Ela reproduz aquilo o que os ideólogos da burguesia dizem. Isso vale também para a ala reformista, identificada com a CUT. Tanto é que do

ponto de vista prático o acordo do ABC, na sua essência, é igual ao de São Paulo.

Vejamos, então, algumas colocações postizas do artigo de Paulo Pereira da Silva. Considera que as leis trabalhistas do período de Getúlio Vargas se tornaram um traste diante da nova realidade. De fato elas estão muito aquém das necessidades de proteção da vida da classe operária nas condições de decadência do capitalismo. Por exemplo, não assegura a estabilidade no trabalho. Entretanto, Paulinho não as critica por essa razão mas pelo que elas tem de positivo em termos favoráveis aos assalariados, como é o caso do contrato por tempo indeterminado e as cláusulas econômicas que dificultam as demissões.

Assim, tudo o que não facilita a liberdade do patronato de demitir e admitir é considerado velharias. Eis a explicação: "Hoje, com a economia globalizada, temos de nos preparar empregados e empregadores para ataques especulativos do capital financeiro na sua busca desenfreada de lucros fáceis em qualquer lugar do mundo, inclusive aqui". Está aí uma tremenda falsificação da realidade. Os empregadores fazem parte da mesma classe dos donos do capital financeiro. Em muitos casos, são os mesmos. Não cabe aos empregados renunciar parte dos seus salários ou de suas conquistas para favorecer a burguesia industrial.

Vai mais longe ainda a falsidade

do pelego: "Se trabalhadores e empregadores do setor produtivo discutirem problemas comuns - investimentos, produtividade, distribuição de lucros e resultados, convivência harmoniosa para busca de riqueza e justiça -, será mais fácil enfrentar os barões do capital financeiro, que vivem da especulação e dos ataques ao emprego e às moedas, numa política suicida e predatória". Os responsáveis pelo desemprego são diretamente os industriais. O capital financeiro e industrial estão interligados, constituindo uma unidade inerente do capitalismo. A burocracia procura proteger os patrões que diretamente pisoteiam os assalariados, em nome de combater o inimigo comum que é o capital financeiro. A idéia de que os sindicatos possam planejar conjuntamente com a burguesia investimentos, produtividade etc é mais uma lorota dos traidores. Esse mesmo argumento foi lançado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para justificar o acordo traidor, que permite a Volkswagen economizar milhões às custas dos operários.

Estas posições comuns entre a direita e o reformismo sindical mostram que quanto mais a crise do capitalismo avança mais os sindicatos e as Centrais são empurrados a colaborar com os capitalistas em detrimento das necessidades mais elementares da classe operária, como emprego e salário.

A criação da Agência Nacional do Petróleo serve às multinacionais

No último dia 21/01/97, o governo pôs para funcionar a Agência Nacional de Petróleo (ANP), e colocou na sua direção o genro de FHC David Zylberstajn, ex-Secretário de Energia do Estado de São Paulo. A partir de agora, a ANP atuará como representante do governo para todas as questões ligadas ao petróleo e derivados. Assim, determinará onde e quem pode ou não extrair petróleo no Brasil. A grande maioria das áreas de potencial produtivo brasileiro serão colocadas à disposição do governo para serem levadas à concessão a

empresas privadas. A Petrobras, empresa de controle estatal que detém a quase totalidade das concessões no país, deixará de ter o direito de explorá-las.

Dessa forma, o governo atua duplamente no sentido da privatização: abre a exploração direta do minério às multinacionais, vendendo o direito de concessão; e enfraquece a Petrobras, deixando-a mais vulnerável à privatização. É claro que a ANP também será uma agência de extrema corrupção e negociatas, pois tem a palavra final para a autorização da exploração das reservas de petróleo. Mas sua função essencial é a de servir de instrumento de pressão e coerção no sentido da privatização e entrega às multinacionais.

Não conhecemos nenhuma manifestação contrária às intenções declaradas do sr. David Zylberstajn por parte das direções sindicais. Sabemos que a

privatização da Petrobras levará a mais demissões e aumento de tarifas, hoje subsidiadas. O combate à privatização é necessário para defender o emprego, contrapor-se à entrega às multinacionais e aos reajustes de tarifas, que recairão sobre os assalariados.

A experiência com a privatização da Vale do Rio Doce mostrou que a política reformista de seguir a reboque das frações burguesas descontentes, o que só pode se dar através da via institucional (abaixo-assinados, pressão parlamentar, ações na Justiça burguesa etc.) leva inevitavelmente à derrota.

A luta contra a privatização da Petrobras deve ser parte da luta contra o plano antinacional e antipopular de FHC como um todo. Isso só pode ser feito com luta nacional de massa, com greves, ocupações, manifestações de rua. Defendemos a criação imediata de um comitê de luta contra as privatizações e o plano de fome de FHC.

Nacional



FHC consegue aprovar o contrato temporário no Congresso

É mais um ataque aos direitos trabalhistas

O contrato temporário de trabalho, aprovado pelo Senado, é mais uma punhalada do governo nas costas dos trabalhadores. Com esse contrato, os patrões poderão contratar funcionários por prazo determinado de até dois anos e, no fim, demiti-los, sem ter de pagar nem aviso prévio nem 40% do saldo do FGTS. Além disso, poderão depositar apenas 2% por mês de Fundo de Garantia, quando hoje em dia a lei obriga o pagamento de 8%.

No total, os encargos trabalhistas devem cair de 58,4% para 37% sobre o salário. Serão ainda reduzidas em 50% as contribuições das empresas ao Sesi, Senai etc., salário educação, contribuição ao Inca e seguro de acidente de trabalho.

O texto aprovado cria ainda o banco de horas quadrimestral. Por ele, as empresas poderão ajustar a produção de acordo com o nível de vendas, sem ter de pagar horas-extras aos funcionários. Basta que cada hora trabalhada a mais nos momentos de pico de

produção seja compensada com outra hora de folga, num prazo de 4 meses. Isso quer dizer o fim do pagamento das horas-extras aos trabalhadores. E maior liberdade de exploração para os patrões. Quando a produção estiver a toda velocidade, não precisarão contratar mais gente, nem pagar horas-extras. É só usarem o tal do banco de horas.

O governo disse que esse projeto vai ajudar a combater o desemprego, porque vai deixar o salário mais barato para as empresas. Isso é falso! Nenhum patrão vai querer manter funcionários sem necessidade. Se puder, vai explorar ao máximo cada trabalhador, antes de pensar em contratar mais outro. A redução de encargos trabalhistas só vai servir para aumentar os lucros das empresas e arrochar os salários.

Em outros países, como a França, a redução de encargos trabalhistas foi aplicada há mais de 5 anos e não impediu que o desemprego avançasse, enquanto os lucros das empresas subiram.

A única resposta real ao desemprego é a divisão do trabalho disponível entre todos, sem redução de salários (escala móvel de emprego). Isso significa reduzir a jornada de trabalho, para que todos possam trabalhar. É claro que os capitalistas terão seus lucros afetados por essa medida. Por isso, não se conseguirá evitar o crescimento do desemprego com negociações e conchavos com patrões e governo. Só se pode conseguir com muita luta e união, contra eles. Para isso, é necessário usar os métodos da classe operária: as greves, ocupações e manifestações de rua.

Nacional

Consulta popular: um Projeto para o Brasil



O MST, juntamente com a Central de Movimentos Populares (CMP), Secretaria Executiva da Terceira Semana Social da CNBB, reuniu cerca de 300 representantes de 8 a 11 de dezembro, em Itaici. Estiveram presentes intelectuais, membros da direção do PT e até mesmo velhos políticos burgueses, como Valdir Pires. O objetivo foi o de discutir os rumos da crise e o avanço das reformas neoliberais. Considera-se que a crise nacional é tão grave que será necessária "uma resposta dos setores populares". Tal resposta se dirige a "um Projeto para o Brasil". Para isso, o movimento conta com uma "consulta popular nas regiões, nos estados e em nível nacional". Espera-se "debater quais são os verdadeiros problemas do Brasil que impedem que haja um desenvolvimento para

todos".

Assim, o Encontro aprovou algumas propostas. "Realizar marcha/jornada de protesto e transformar a campanha eleitoral num grande movimento político de debate e mobilização para o projeto nacional".

Como se pode ver, o Encontro expressa não a necessidade de organização das lutas diretas contra o governo e os capitalistas, mas sim as necessidades eleitorais, que envolverão o PT. O último ponto das propostas de luta é de "transformar a campanha eleitoral num grande movimento político de debate e mobilização para o projeto nacional". Essa foi e será a verdadeira finalidade do Encontro do MST, que contou com a presença da Igreja. O tal do Projeto para o Brasil e da consulta popular não passam de uma miragem refor-

mista e distracionista para a situação de crise, reconhecida pelo Encontro.

A tarefa que se coloca não é de subordinar os movimentos aos interesses eleitorais do reformismo, cuja política está centrada na busca de um "projeto" de colaboração de classes. Enquanto se fala da terrível crise, os sindicatos da CUT fazem um acordo criminoso de perda de conquistas sociais para a classe operária, fragiliza o movimento operário perante a ofensiva neoliberal e bloqueia a luta unitária dos trabalhadores. O Encontro deveria analisar e responder a verdadeira situação do movimento das massas, bloqueado pela política do reformismo. Não será com esse "Projeto para o Brasil" que os trabalhadores derrotarão a política antinacional e antipopular da burguesia.

Obras Completas de G. Lora

O esforço de G. Lora e uma pequena equipe de poristas tem permitido que se alcance a metade dos 50 volumes programados. O volume XXV contém o texto "Revalorização do método de guerrilhas", notas sobre o livro de Régis Debray, Marx e a teoria da Revolução Permanente, a luta contra o gorilismo e o imperialismo, conferências em ISAL etc.

Eleições

A Frente Ampla do PT pode acabar em uma Frente magra

O PT tem procurado aplicar a resolução de seu XI Encontro de constituir uma frente ampla. O sentido dessa resolução era e é de formar uma coligação eleitoral que incluísse o PMDB e parte do PSDB. O que implicaria o PT renunciar a cabeça de chapa.

Tanto os analistas do PT quanto dos partidos que compuseram a Frente Brasil Popular como o PCdoB e PSB, explicam que para derrotar Fernando Henrique Cardoso não se pode estreitar a frente como no passado. No linguajar da política burguesa, fala-se em uma candidatura de centro-esquerda. Tal composição deveria ser a mais ampla possível e a candidatura a mais representativa das forças que possam aglutinar um setor da burguesia descontente com os resultados da política econômica neoliberal. É nesse sentido que Arraes (PSB) diz que a candidatura de Lula não soma. A estratégia era de juntar todos os que clamam de oposição ao governo.

As esquerdas internas ao PT defenderam que a Frente poderia chegar ao máximo no PDT e que candidatura deveria pertencer a Lula. Quanto a não ampliação da Frente, as correntes foram derrotadas. E quanto à candidatura de Lula esta só foi lançada porque na prática a Frente Ampla fracassou. O próprio Lula era de opinião de que o PT deveria renunciar a cabeça de chapa em favor da coligação com outros partidos.

Os dirigentes do PT

(Articulação) tudo fizeram para que surgisse a tal candidatura de centro-esquerda. Chegaram a adiar a Convenção do Partido que decidiria definitivamente a candidatura de Lula. Nem mesmo a pressão do PDT, com as ameaças de Brizola de romper o acordo eleitoral, conseguiu consolidar rapidamente a candidatura de Lula. O fato do PCdoB pretender uma candidatura do PMDB e o PSB uma qualquer que não fosse a de Lula fez com que os petistas protelassem os acordos com o PDT. Todos, menos o PDT, ficaram à espera da decisão do PMDB, dividido entre uma ala favorável a reeleição de FHC e outra disposta a candidatura oposicionista.

Não bastou ao PT aprovar a ampliação do seu frentismo oposicionista burguês. Tal frente dependia e depende única e exclusivamente do PMDB, partido esse que compõe a coligação do governo FHC, possuindo ministros e votando no Congresso a favor do Plano neoliberal. Os cálculos das raposas do PT contam com a cisão do PMDB. Finalmente, Brizola se cansou de tanta indefinição e considerou dissolvido o acordo inicial. Assim a Frente que era para ser ampla começou a correr o risco de se tornar tão magra que o PT poderia ficar sozinho. Já não pode contar com a boa vontade dos estalinistas (PCdoB) e com o PSB.

Frente a isso a direção petista correu a salvar a aliança com o PDT. Por todos os lados, aumentaram as pressões da burocracia partidária para que se superassem as divergências regionais, quanto aos nomes e a composição frentista. Um exemplo típico é o da exigência de que o diretório regional do Rio de Janeiro abra mão de candidatura própria e apóie Antony Garotinho do PDT. Estamos em fins de janeiro e o quadro das candidaturas da oposição burguesa continua indefinido.

Arraes, pouco depois de declarar seu apoio à chapa Lula/Brizola, reuniu-se com a ala peemedebista dissidente ao governo para lançar uma campanha conjunta, com atos públicos, em favor de uma candidatura própria do PMDB. O velhaco vai e vem, blefa e chantageia para pressionar o PT.

Tudo permanece girando em torno do desfecho da cisão peemedebista. Os fatos têm mostrado que não bastou a vontade do PT de se subordinar a uma Frente burguesa mais ampla

do que anterior. O PT e Lula saíram defendendo a ampliação da aliança de 89/94, mas quem vai decidir mesmo sobre essa possibilidade é o PMDB. Por ironia, o PT corre o risco de ver a Frente Brasil Popular não se reproduzir e se estreitar ainda mais. A razão está em que o oposicionismo burguês esbarra na linha de força da coligação PSDB/PFL, em torno da qual a burguesia ainda se encontra unida. Não é por simples razões de fisiologismo que uma poderosa ala do PMDB está pela reeleição. Esta expressa também as pressões da burguesia favoráveis ao continuísmo.

Com a crise no Leste asiático e as ameaças de desintegração do Plano Real, esperava-se uma mudança do quadro eleitoral, possibilitando uma ofensiva oposicionista. Acontece que o governo conseguiu administrar provisoriamente os efeitos desintegradores. E se continuar a fazê-lo, a dita oposição seguirá dividida. O máximo que o PT poderá conseguir é reconstituir os pedaços da Frente Brasil Popular.

Esse jogo no seio da política burguesa só nos interessa expor para demonstrar o quanto os reformistas do PT, que controlam a CUT através de sua burocracia sindical, são completamente impotentes diante de seu objetivo de derrotar o neoliberalismo aglutinando o oposicionismo burguês. Uma frente ampla não depende do PT, mas sim da iniciativa do PMDB. O PT comparece como refém dos acontecimentos internos às forças burguesas que controlam o Estado e aos ânimos da burguesia diante da crise econômica.

Chama a atenção o fato das correntes que se dizem revolucionárias e que estão legalizadas nos moldes exigidos pelo Estado manterem-se subordinadas ao que faz ou que deixa de fazer o PT em torno da tal da Frente ampla. A campanha do PSTU por uma Frente dos trabalhadores está totalmente dirigida ao PT. Tem esperança que possa chamar o voto no PT, contando com a candidatura de Lula e com o fracasso da Frente ampla.

Chamamos o PSTU a as outras correntes de esquerda a romperem com o frentismo eleitoral e a se colocarem pela constituição da Frente Única Antiimperialista, para combater o governo e seu plano antinacional e antipopular ditado pelo imperialismo.



Lula e Brizola: sobre as privatizações

A retomada do acordo PT e PDT, colocou no noticiário os dois caudilhos, Lula e Brizola. O destaque foi a divergência quanto a um dos pontos do programa da campanha eleitoral. Brizola afirmou que um dos objetivos é o de rever algumas privatizações. No caso específico referiu-se a Vale do Rio Doce. Lula imediatamente se contrapôs a tal pretensão, dando a idéia de que o que está feito não se mexe. Nada de reestatizar.

Nesse entrevero, é interessante observar como velho caudilho nacionalista procura avivar certos interesses de setores da burocracia estatal e de frações da burguesia regional. Ao contrário, Lula não pretende se chocar com a tendência geral da burgue-

sia em privatizar a mando dos interesses do imperialismo.

O episódio parece não ter muita importância para os objetivos frentistas do PT e do PDT. A razão está em que o nacionalismo brizolista não tem como encarnar uma real luta antiimperialista. O reformismo petista, por sua vez, também só faz discurso ideológico contra o neoliberalismo, mas no fundo está adaptado às pressões do imperialismo.

A posição do PT de apoiar o que supostamente julga positivo no Plano de estabilização demonstra sua falta de disposição de confrontar a ofensiva pró-imperialista. Tanto é que o PT considera as privatizações como uma questão de conveniência. Votou a fa-

vor de algumas privatizações por julgá-las não estratégicas. Essa conduta evidencia que o PT não vê a política global antinacional e antipopular do governo. Ao admitir a inevitabilidade de algumas reformas do neoliberalismo, coloca-se na posição de superar a crise pela via de reformas pró-imperialistas.

O velho nacionalismo brizolista e "o novo" reformismo petista não podem se transformar numa força capaz de defender de fato a soberania do país.

Nacional

"O Trabalho"

Rechaçar a mistificação

O Jornal "O Trabalho", uma corrente interna do PT, na sua edição de 14/1/98, traz estampada a bandeira "Contra FHC, Lula presidente". O artigo pretende transmitir a idéia de que a candidatura de Lula é uma resposta das massas. Ou seja, que a sua eleição é a via de resolver as reivindicações dos trabalhadores.

Diz: "Os trabalhadores precisam de Lula presidente pela Redução de Jornada sem Redução de Salário, pelo não Pagamento da Dívida Externa, pela Terra". E conclui: "É preciso deslanchar a campanha, fazendo da candidatura Lula um verdadeiro instrumento de luta, com uma plataforma fundada nos interesses da maioria do povo". Ao mesmo tempo, o artigo reconhece que nem a direção do PT nem Lula estão dispostos a assumirem um confronto contra FHC. "Infelizmente, a direção do PT, incluindo Lula, não assume uma campanha de lutas contra FHC. Há meses que se enrola com a centro-esquerda, buscando alianças com setores sem compromisso de classe".

Tal crítica parece contraditória com o ufanismo do "O Trabalho" em torno da candidatura Lula. Entretanto, a crítica à direção do PT e a Lula refere-se ao fato destes vacilarem quanto ao lançamento da campanha eleitoral.

As correntes ditas de esquerda do PT estão aturdidadas e apreensivas quanto à posição majoritária do PT em renunciar a uma candidatura própria para facilitar a constituição da Frente Ampla. Por sorte, o PMDB não se dispôs a lançar uma candidatura que aglutinasse os antigos aliados da Frente Brasil Popular, como o PCdoB e PSB. Como tem fracassado as negociações para a candidatura de "centro-esquerda", no dia 11 de dezembro, foi lançada oficialmente a candidatura Lula. O que O Trabalho exige com a bandeira "Contra FHC, Lula presidente" é que o partido deixe de "enrolação" e saia em campanha eleitoral.

Até aqui "O Trabalho" está respondendo a uma política claramente eleitoreira, distante da política proletária. O artigo mistifica quando procura convencer que a candidatura Lula é uma solução para os problemas dos trabalhadores. "É da luta por um novo governo que atenda as reivindicações, que cresce o apelo para Lula Presidente!". Está aí uma formulação totalmente falsa. A candidatura de Lula não pode responder às necessidades e aspirações dos trabalhadores acossados pela pobreza e miséria.

A política do PT é de colaboração de classes. E é Lula quem melhor a expressa. De forma alguma se pode transmitir a idéia

de que "os trabalhadores precisam de Lula presidente" para aplicar um plano de defesa dos salários, do emprego e de caráter antiimperialista. Isso porque a estratégia do PT é de um governo de coligação com setores burgueses. Se Lula for eleito, estará condicionado pelo programa de colaboração de classe e pelo domínio burguês do Estado.

É totalmente incorreto se criar ilusão nas massas e na vanguarda de que o PT e Lula constituirão um novo governo a serviço dos explorados. Nas condições de desintegração do capitalismo e ofensiva mundial do imperialismo, a burguesia não pode fazer reformas que atendam os interesses dos trabalhadores. Um governo burguês reformista é inviável. Um governo de Lula, na melhor das hipóteses, seria reformista. A ilusão do "O Trabalho" é justamente em relação a tal possibilidade. Ao se colocar sob essa posição, a esquerda do PT se afasta completamente da estratégia da conquista do poder pela via da revolução proletária. Não é por acaso que há muito os lambertistas do "O Trabalho" assimilaram a estratégia não proletária do governo democrático e popular, oposto ao governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.



Cooperativas de trabalho

Projeto PT/MST favorece o patronato

O projeto do ex-deputado Adão Pretto (PT, RS) sobre a cooperativa de trabalho estabeleceu uma forma de contratação em que se burla os direitos trabalhistas. Segundo informações, Adão Pretto elaborou tal projeto, aprovado em 1995 pelo Congresso Nacional, a pedido do MST. A razão estava em que ex-militantes do movimento iam à Justiça para pleitear o

pagamento dos direitos trabalhistas concernentes ao trabalho prestado nas cooperativas de assentamentos.

Assim, o projeto PT/MST criou uma brecha para o patronato se utilizar de cooperativas como fachada para não se enquadrar na CLT. Estima-se que 10% da população economicamente ativa, ou seja, aproximadamente 3 milhões de trabalhadores, estão submetidos a esse regime, que não assegura as férias, repouso semanal, licença maternidade etc e não exige o depósito do FGTS.

O problema só veio à tona porque o governo acaba de aprovar a lei do contrato de trabalho temporário. Tornou-se interesse da burocracia estatal mostrar que já existia algo parecido com as cooperativas de trabalho.

Como se vê, qualquer iniciativa que abra caminho para os capitalistas destruírem direitos dos trabalhadores é imediatamente utilizado. O PT/MST não podem deixar de se responsabilizarem por isso.

Nacional

A luta revolucionária no interior do parlamento na Bolívia

Exemplo revolucionário do bloco mineiro parlamentar

Publicamos abaixo um artigo do jornal Masas boliviano, que trata da experiência do Bloco Mineiro Parlamentar e contribui para a luta revolucionária aqui, na medida em que assimilamos criticamente essa experiência

O que foi o Bloc Mineiro Parlamentar

Em fins de 1946 se constituiu a Frente Única Proletária entre o Partido Operário Revolucionário e a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia, tendo como fundamento programático as Teses de Pulacayo (luta pela ditadura do proletariado; a ação direta das massas em oposição ao legalismo e parlamentarismo).

Em 5 de janeiro de 1947, foi eleito o Bloco Mineiro Parlamentar (em algumas minas se utilizou a violência, contrariando assim a Lei Eleitoral): senadores pelo Departamento (Estado) de Potosi: Juan Lechin, chefe do bloco em seu conjunto, e Lucio Mendivil. Deputados: Guillermo Lora (chefe do bloco na Câmara dos Deputados), Anibal Vargas, Jesus Aspiazu, Humberto Salamanca, Mario Tor-

res, Alberto Costa La Torre, Adan Rojas, Pérez Alcalá. Depois do massacre de "Século XX" (maio de 1947), os principais membros do Bloco Parlamentar foram expulsos do parlamento, sob a acusação de subversivos, e levados à prisão.

Objetivo do BMP: converter o parlamento em tribuna revolucionária, difundindo a política revolucionária, participando em todas as mobilizações de massas, participando das greves; lutou por converter em realidade a Central Operária Nacional, antecessora da Central Operária Boliviana (COB). O POR, em que pese ter colocado a frente proletária, na prática executou a tática de frente antiimperialista.

Não voltou a repetir-se o caso do BMP pela ausência do POR no parlamento.

Os explorados sabem que só poderão libertar-se se derrotam o governo feudal burguês e instauram a ditadura do proletariado. O parlamento - instrumento da burguesia - não leva a este objetivo, por isso há que seguir o caminho insurrecional.

Nos anos 40, os operários protagonizaram a agudização da luta de classes, mas ainda não haviam se libertado das ilusões democráticas, cuja maior expressão é o eleitoralismo. O Bloco Mineiro Parlamentar assinalou como seu objetivo imediato lutar com firmeza, desde o ventre da

classe dominante, contra o parlamentarismo cretinizante.

Se realmente se busca consumir a revolução social, tem-se que conseguir que os oprimidos já não confiem seu destino à papeleta eleitoral, o que ajudará os explorados a empunhar as armas e assim assegurar a vitória da insurreição.

Os que agora demagogicamente dizem repetir a experiência do BMP, tudo para justificar sua incorporação ao aparato estatal burguês, têm de saber que os revolucionários dos anos quarenta tinham como finalidade lutar para converter em realidade este objetivo da ditadura do proletariado.

Isso implica em converter o parlamento burguês em tribuna revolucionária, como ensinou Lenin.

É puro colaboracionismo isso de ganhar a qualquer preço um espaço no parlamento, no aparato estatal. Isso é ajudar a manter em pé o sistema capitalista que hoje se encontra em ruína total.

É preciso rebelar-se contra a constituição e ordenamento jurídico. Os camponeses estão obrigados a rebelar-se contra o Estado-governo burgueses, porque para serem livres têm de impor a constituição de Estados soberanos das nacionalidades atualmente subjugadas.

(Extraído do Masas boliviano nº 1596)



A Reforma neoliberal de Covas impõe mais demissões

O governo segue firme no seu propósito de implantar a Reforma educacional. Esta tem como essência: a demissão, o arrocho e a privatização de parte da rede pública. A cada passo que dá, os três elementos estão presentes. A reestruturação da rede impôs demissão. A municipalização, presente em várias cidades do interior, trouxe também o famigerado desemprego. Em ambos, foram mantidos os salários arrochados e as condições para a ampliação da rede privada. Se ainda não se configurou é porque a municipalização está apenas começando e muitos prefeitos ainda sonham com as verbas do Fundão.

Agora, para prosseguir essa reforma educacional, Covas aprovou o Plano de Carreira, com o objetivo de “enxugar” mais ainda o magistério e manter o piso da categoria o mais rebaixado possível.

A aprovação do Plano de Carreira, que determina somente duas jornadas de trabalho (30 e 24 horas semanais) e a possibilidade de ampliação de mais 10 horas como carga suplementar, colocará na rua, em fevereiro, uma parte significativa de professores. Quem tinha jornada parcial foi obrigado a ampliar e quem estava na integral pôde esticá-la até 40. Esse jogo, que parece pequeno, já foi suficiente para desempregar mais professores. Sem dizer que o Plano de Carreira institui um piso (salário-base) muito aquém das necessidades de qualquer trabalhador.

Como parte dessa mesma política, o governo modificou a grade curricular. Reduziu o número de aulas de todas as disciplinas, chegando ao absurdo de quase eliminar filosofia, psicologia, sociologia. Na maioria, o corte de aulas se deu pela metade, a exemplo de história, geografia e ciências. O resultado só pode ser a demissão compulsória de milhares de educadores.

Para evitar ações judiciais (no caso dos professores que perderam as aulas nas unidades escolares e possuem mais pontuação do que outros, que por ventura poderão estar empregados), o governo modificou a atribuição de aulas. Agora, todo ACT (contratado) deverá concorrer às aulas remanescentes (que sobram da atribuição dos efetivos) em sua Dele-

gacia de Ensino. Com isso, mexeu com professores que há anos trabalhavam na mesma escola, ou que conseguiram aulas próximas às suas casas. Está mais do que evidente que não há aulas para o grande “listão” de professores disponíveis nas Delegacias.

O governo aproveitou o período de férias e a falta de resistência da classe para dar mais esse salto na implantação de uma reforma educacional, que não responde aos interesses do magistério e muito menos dos alunos. Basta que verifiquemos o desespero dos pais na busca de uma vaga na escola pública. Trata-se de um compromisso com os credores internacionais, de livrar o Estado da responsabilidade financeira com a educação.

As direções sindicais ficam como baratas-tontas

Depois de passar o tempo todo reclamando do autoritarismo do governo, que não as recebe para discutir as medidas da Reforma, as direções sindicais correram à caça dos votos dos deputados. O resultado não poderia ser diferente: a grande maioria dos deputados aprovou as medidas governamentais. E os outros se limitaram a dizer não e nada mais.

Esse corre-corre de gabinete em gabinete, como baratas tontas, tem uma explicação política. Todas se negavam a organizar o magistério, pais e alunos contra a destruição dos empregos, salários e vagas. Queriam o caminho da negociação, como não deu com o governo, foram para o Parlamento. Enquanto isso, a classe permanecia dispersa e à mercê das pressões dos prefeitos, diretores e delegados de ensino. Essa política foi responsável por não apontar o caminho correto para breçar a ação desenfreada do Estado contra a escola pública. O argumento utilizado para justificar tal política era de que os professores não estavam dispostos à luta e, por isso, não participavam dos chamados do sindicato.

Nada mais falso. Primeiro, a burocracia sindical do CPP e da Apeoesp se negava a convocar as assembleias. Segundo, quebraram as poucas que existiram, com suas

propostas distracionistas. E, por último, combateram duramente as propostas de greve. Alimentavam a falsa esperança de que, se o governo não cedesse, os deputados poderiam votar contra. Bastando, para isso, que se intensificassem as visitas à Assembleia Legislativa, sem a paralisação das aulas. Os deputados enrolaram e, no final do ano letivo, aprovaram tudo o que o governo pretendia.

Não é por acaso que combatemos a política das direções sindicais. Ela só tem trazido prejuízos e desorganização da classe.

Como responder aos novos ataques do governo

A diretoria da Apeoesp já veio com o mesmo lenga-lenga. Nada de convocar assembleia, nada de organizar a luta dos educadores. Ao contrário, novamente investe nas ações judiciais e nas falsas negociações.

Só há um caminho para breçar a reforma educacional do governo. A resistência coletiva da classe, através da greve e das grandes manifestações de rua. Qualquer outro atalho, que não implique em mobilização efetiva, só pode fortalecer a ação ofensiva do Estado.

**Nesse sentido, é preciso
que haja uma
convocação
extremamente massiva
para a assembleia, para
aprovar esse caminho de
luta contra uma reforma
que destrói a escola
pública e demite
violentamente os
educadores.**

OBJETIVO
Estratégia



O anti-comunismo da Igreja é a defesa do capitalismo

Não é preciso enfatizar o porquê do grande alvoroço em torno da "visita" do Papa a Cuba. A burguesia a tem como o prenúncio da restauração do capitalismo na Ilha. O Papa João Paulo 2º se destacou por ser um dos agentes principais da reação pró-capitalista no interior do processo restauracionista, que nesta década tomou conta dos países onde o proletariado havia derrocado o poder da burguesia.

Wojtyla emergiu como ponta de lança da contra-revolução polonesa. Foi um dos principais conspiradores anti-comunistas na Polônia. Fez com que a Igreja Católica se destacasse como uma força social em favor da propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, da reconstituição das relações capitalistas de exploração do trabalho. É claro que não agiu sozinho, como uma ovelha de Deus, em favor da reestruturação da classe capitalista polonesa. Por detrás da Igreja esteve e está a burguesia imperialista, que comanda a reação mundial contra as conquistas históricas do proletariado.

A Igreja luta contra o comunismo desde o momento que as idéias de Marx e Engels se fizeram presentes e deram a perspectiva de emancipação do proletariado mundial. Com a Revolução Russa de 1917, o anti-comunismo da Igreja mostrou toda sua ferocidade. Não poderia ser de outra maneira, uma vez que esta expressa a

ideologia burguesa de conservação eterna do sistema capitalista.

Historicamente, a existência da Igreja está condicionada à permanência da sociedade de classes. Ela nasceu nas condições de exploração do homem pelo homem, vindo do escravismo, passando pelo feudalismo e chegando ao capitalismo. Sempre conviveu com o poder econômico e político, servindo à classe dominante contra os explorados e em função de seus próprios interesses de casta.

O comunismo é um sistema econômico e social em que os meios de produção estão inteiramente coletivizados em nível mundial e no qual as classes sociais estarão extintas, bem como o Estado como instrumento de opressão classista. Como se pode ver nem na ex-União Soviética nem na Polônia a transição do capitalismo para o comunismo havia se completado.

A destruição da burguesia numa série de países, entre eles Cuba, tinha se constituído em apenas um passo em direção à sociedade sem classes. O fato das revoluções terem ocorrido em países capitalistas atrasados não permitiu que as forças produtivas socialistas pudessem se desenvolver mais livremente e se contraporem ao restante do mundo capitalista. A continuidade do domínio mundial pelas potências imperialistas colocou os limites à continuidade das conquistas revolucionárias.

A estalinização dos partidos comunistas e, portanto, a negação do programa socialista foi essencial para que a reação pró-capitalista ganhasse poder no interior desses países e mundialmente. A degenerescência estalinista do Estado Operário se materializou na extinção da democracia proletária. Fator determinante no afastamento das massas do comando do Estado e da economia. A superioridade do capitalismo imperialista não tardou em sufocar a nascente economia socialista, sob a direção da casta burocrática. As crises econômicas se manifestaram e com elas a existência das diferenças de classes vieram à tona. A política estalinista de "socialismo em um só país" mostrou seu limite e veio abaixo.

Cuba não poderia escapar a esse processo, uma vez que o castrismo evoluiu para uma variante estalinista.

É nessa situação que o trabalho anticomunista da Igreja ganha ex-

pressão concreta no restauracionismo burguês. O caso da Polônia é exemplar. A difícil situação da classe operária sob o regime do totalitarismo estalinista foi utilizada pela Igreja. O "Solidariedade" esteve sob a direção da Igreja. Os instintos de revolta da classe operária contra a casta estalinista corrompida foi capitalizada e dirigida no sentido da volta ao capitalismo. As mãos abençoadas de Wojtyla estiveram a serviço dos interesses da burguesia internacional. A intenção da Igreja cubana é a mesma. Espera-se que a crise social venha a desprender movimentos em que a Igreja esteja à frente.

A homilia restauracionista do Papa

A presença do Papa em Cuba é parte dos acontecimentos que vêm sabotando as conquistas da Revolução e preparando o terreno para a restauração definitiva. Assim que a burocracia soviética se desagregou e uma das alas tomou a direção aberta em favor do capitalismo, a economia cubana agrária sofreu um de seus maiores revezes. O cerco econômico do imperialismo passou a ter maiores conseqüências. Ficou evidente que a escassa industrialização e a dependência de Cuba à União Soviética levariam à bancarrota.

Cuba já não podia reagir revolucionariamente sob o castrismo adaptado ao burocratismo. Embora sabendo que a continuidade de seu poder depende da preservação das bases da revolução, Fidel Castro iniciou as reformas pró-capitalistas. Os anos 1992/93 são o marco da virada de Castro nesse sentido. Não faltaram argumentos sobre o isolamento de Cuba e a necessidade de manobrar com as pressões do imperialismo para salvar a Revolução. Mas o fato é que se introduziu o direito à propriedade privada dos meios de produção e se abriu a possibilidade da penetração do capital estrangeiro.

Entretanto, para o imperialismo, o processo está muito retardatário, considerando o Leste Europeu e a própria ex-União Soviética. Os Estados Unidos recrudesceram o cerco econômico, com o objetivo de apressar a crise social e destruir as bases de apoio do regime castrista. O contrário tem sucedido. Os trabalhadores cubanos continuam a ver no seu governo uma posição antiimperialis-



ta, embora tenha feito perigosas concessões.

As únicas forças que podem vir a se destacar contra a Revolução cubana são o próprio castrismo e a Igreja. Não há uma oposição revolucionária que possa emergir em defesa da Revolução, através do Internacionalismo proletário. Cuba carece de um partido internacionalista. Ocorre que, como dissemos, o destino do regime de Castro está determinado pelas conquistas da Revolução. Por isso, irá solapá-las o mais vagarosamente possível.

Por outro lado, a Igreja ainda não tem força. Esta foi uma inimiga mortal da Revolução. Apesar de totalmente debilitada, trabalhou incessantemente pela derrocada de Castro, encontrando forças apenas na Igreja internacional representada pelo Vaticano. Só sobreviveu pela força mundial da Igreja.

Com os recuos governamentais, o Cardeal Jaime Ortega espera recuperar o poder da Igreja, destituído pela Revolução. A intervenção do Vaticano

vem nesse sentido. As ameaças do intervencionismo militar norte-americano e o cerco econômico não parecem ser tão perigosos quanto a restituição do poder da Igreja cubana. É claro que tudo isso se combina. A homilia do Papa em torno dos direitos humanos é a homilia da restauração capitalista.

Um dos maiores adversários do comunismo pisa no solo da Revolução para condená-la e exigir do regime castrista concessões fundamentais para fortalecer a dissidência contra-revolucionária. Uma das reivindicações da Igreja é que seja permitido o retorno às escolas confessionais. O que quer dizer abrir uma fenda no ensino estatal laico. O domínio de uma parcela da educação é fundamental para a difusão ideológica anti-comunista e pró-capitalista da Igreja. Essa bandeira é parte de um programa restauracionista, que implica reabilitar a influência da Igreja sobre o Estado.

Um fato que pareceu sem importância foi a exigência do Papa em que suas homilias fossem transmitidas

pela TV, que é estatal. A catequese das massas depende das escolas e dos meios de difusão de grande alcance, o que quer dizer do Estado e do poder econômico. A concessão de Castro à transmissão mostrou bem a que ponto o regime chegou para favorecer os inimigos do comunismo. O Papa, indagado se com a sua vinda seria o fim do comunismo, respondeu com todas as letras: "Quem viver verá".

A explicação de que o mais importante é que o Papa condenou o embargo econômico dos Estados Unidos é uma cortina de fumaça. A hipocrisia do Vaticano para ocultar sua ação obscurantista e contra-revolucionária não tem limites. Não por acaso, o imperialismo aplaudiu a presença do Papa em Cuba.

Internacional

Frei Betto: Qual é a verdade?

Resolvemos dar um resposta crítica ao artigo "O vigário de Cristo entre Castro e Clinton", porque Frei Beto pertence a denominada ala esquerda da Igreja e sempre se pautou pela defesa da Revolução Cubana.

O próprio título indica que o Papa esteve numa posição independente de Castro e Clinton. Isso não é verdade. Se em relação a Castro a afirmação é correta, o mesmo não se pode dizer quanto a Clinton. Em última instância, o Papa é um representante dos interesses gerais do imperialismo. Mesmo que estivesse por conveniência contrário às sanções econômicas dos Estados Unidos não seria independente de Clinton.

A noção de independência, nesse caso, é histórica e não conjuntural. O Papa foi a Cuba com o objetivo restauracionista e da luta anti-comunista. Nisso, o Vaticano se coloca sob a estratégia do imperialismo. A intenção é de fortalecer a Igreja cubana e de estruturar uma força pró-capitalista.

Nem mesmo na aparência, é verdadeira a seguinte afirmação de Frei Beto: "O Papa, em nome de Cristo, procurou manter-se equidistante do confronto entre o socialismo de Castro e o neoliberalismo de Clinton". O conteúdo da afirmação contém um desvio claramente ideológico. Não se trata de socialismo de Castro e neoliberalismo de Clinton, mas sim da Revolução Socialista, dirigida por

Castro, e do capitalismo imperialista, representado por Clinton. Entre a Revolução cubana e o capitalismo, o Papa é defensor deste último. O neoliberalismo é apenas um nome dado à política do imperialismo na atualidade.

A outra afirmação de que Fidel Castro não pretende fazer concessões à Igreja católica é uma hipótese improvável. A concessão já começou com a visita do Papa.

Uma vez que Frei Beto partiu da tese de que o Papa esteve numa posição equidistante, teria de mostrar o negativo e o positivo da visita. O negativo: "Fidel ouvirá também mais uma homilia papal que não deve diferir das anteriores: crítica ao socialismo e reservada diante das conquistas sociais da revolução". Positivo: "O saldo positivo da visita é que Fidel ganhou um importante aliado em sua luta contra o bloqueio norte-americano".

Com um pouco de cuidado, logo veremos a incompatibilidade das afirmações. O Papa criticou o bloqueio como uma clara manobra para ganhar atenção do povo cubano para seu objetivo de restaurar o poder da Igreja. E condenou o socialismo para atender ao objetivo do imperialismo. Um real aliado contra o bloqueio econômico só pode ser um defensor de posições antiimperialistas, da autodeterminação dos povos e da revolução socialista.

Em meio a tantas inverdades do

artigo, Frei Beto diz algumas verdades, que se contrapõem à idéia de que a Igreja esteve equidistante de Clinton. São elas: 1) "Wojtyla veio reforçar a Igreja Católica local, cujas relações com a revolução não ultrapassam os limites da formalidade num clima de tensão"; 2) "O Cardeal Jaime Ortega tende a se tornar porta-voz da dissidência interna".

As tendências restauracionistas em Cuba, omitidas na análise de Frei Beto, impulsionarão a reestruturação da Igreja como um pólo da reação pró-capitalista, portanto, aliada histórica do imperialismo. Não se pode desvincular o objetivo de reforçar a Igreja Católica da estratégia de destruição da Revolução Cubana.

No fundo, o artigo de Frei Beto esconde a essência da meta contra-revolucionária do Vaticano e a posição capituladora do castrismo. Quem viver, verá.



Cuba:

Inadmissível a capitulação diante da religião; o materialismo se opõe ao idealismo

Castro revisa sua conduta anterior

Quando Fidel Castro se declarou marxista, estava adotando uma posição materialista dialética, tanto repudiando o idealismo quanto uma de suas expressões puritanas, que é a religião.

Agora o vemos marchar de braço dado com o cristianismo e com a hierarquia dependente do Vaticano.

Este revisionismo não é casual, expressa a submissão ao capitalismo e o abandono da luta revolucionária internacional. Trata-se do processo de total abertura do estalinismo diante da política burguesa. Frente a essa realidade, valem muito pouco as declamações de um pretendido "socialismo".

A submissão econômica de Cuba ao capitalismo pretende encontrar sua justificativa nos esforços que fazem por identificar-se ideologicamente com a religião e o clero.

Alguns dados de sua entrega à Igreja

No sábado, 20/12, o jornal do Partido Comunista Cubano *Granma* publicou em sua primeira página a mensagem do papa João Paulo II na qual expressa sua esperança de que a Igreja tenha uma maior liberdade para levar a cabo sua missão evangelizadora no país.

A colaboração entre o PC cubano, o governo de Castro e a Igreja tem avançado muito, mas esta última se esforça para conquistar maiores avanços nesse terreno; parece que isso acontecerá. Na mensagem do papa ao país cubano que visitará no mês de janeiro próximo, expressa o desejo de que na ilha se celebre o Natal — de tanta impor-

tância para os cristãos — declarando feriado pela primeira vez em vários anos.

Em Roma se desencadeou o alvoroço ao se informar que Castro "declarou o 25 de dezembro feriado pela primeira vez em 28 anos". O oficialismo deixou claro que se trata de uma medida de exceção, porque durante a safra de cana devem trabalhar todos. Isso permite afirmar que Castro seguirá fazendo mais concessões à Igreja, ou seja, ao conservadorismo.

Enquanto avança e avança o entendimento entre Roma e Havana, os "gusanos" de Miami sustentam que "é moralmente errado visitar Cuba enquanto seja governada pelo regime comunista do presidente Fidel Castro". Por essa razão, fracassou o projeto de visitar Havana pela viagem do papa.

A própria Igreja se encarregou de confirmar o que sustentamos. "O cardeal cubano Jaime Ortega disse na sexta que a liderança da Igreja católica se sentia satisfeita com o encontro positivo que mantiveram com o presidente Fidel Castro... Falamos de um processo de melhora nas relações Igreja-Estado, que levam a uma Igreja servindo ao povo melhor em sua missão", disse o cardeal cubano.

Foi em 1969 que o governo de Castro suspendeu a celebração das festas de Natal por considerar que todos os recursos humanos deveriam concentrar-se na "safra dos dez milhões".

Trinta anos depois, em 1996, teve lugar o encontro entre Castro e o papa João Paulo II. Nessa oportunidade, o secretário de estado do Vaticano pediu ao governante cubano que devolvesse ao 25 de dezembro seu caráter festivo.

A atitude de Castro é a de submeter-se às exigências da Igreja. É por isso que o papa pede agora maior liberdade para os movimentos da Igreja em Cuba.

Não há que enganar-se, a capitulação ideológica diante do "ópio do povo" faz parte do avanço do capitalismo em Cuba.

Castro não confia no proletariado, mas na burguesia e na Igreja, o que é uma traição.

Extraído do Masas boliviano nº 1598

Governo FHC dará 17,3 bilhões para empresários

O Estado burguês recolhe os impostos do conjunto da população, em especial das massas trabalhadoras que, tendo seus impostos declarados por terceiros e retidos na fonte, não têm acesso aos mecanismos de calote (evasão fiscal) utilizados pelos capitalistas. É uma forma de poupança forçada, que é utilizada para os interesses da burguesia e do imperialismo. A transferência de poupança popular (dos operários, camponeses e membros das camadas médias arruinadas) para grupos privados é própria do capitalismo.

Exemplo disso são as isenções fiscais. Empresas nacionais e estrangeiras, que recebem isenções fiscais, funcionam, exploram trabalhadores, utilizam serviços públicos, lucram e não pagam. Assim, os gastos serão depositados na conta da maioria nacional oprimida, através de poupança forçada via imposto (aumento da arrecadação).

No orçamento sancionado para este ano, há uma

transferência recorde de benefícios fiscais para os grandes empresários. O governo FHC vai deixar de arrecadar R\$ 17,3 bilhões em 1998 (*Gazeta Mercantil*, 31/12/97). É quase o tamanho do orçamento aprovado para a saúde pública (R\$ 19 bilhões). E equivale a 65% da receita obtida nos leilões de privatização durante o ano passado (R\$ 27,3 bilhões). A renúncia fiscal é 10,5% maior que a de 1997.

As empresas privadas serão as principais beneficiárias. Sobretudo as localizadas no sudeste e sul, onde a burguesia industrial é mais forte, concentrando 56% dos incentivos fiscais concedidos pela União. Os outros 44% serão distribuídos para grupos empresariais do norte, nordeste e centro-oeste.

Tal fato demonstra que o Estado serve como um comitê de negócios da burguesia. Diante disso, é preciso levantar a bandeira de nenhum imposto aos assalariados, que os capitalistas paguem a conta da crise.

Internacional



Denúncia

39 anos de Revolução Cubana: contradições e perspectivas

Paulo Barbosa
(2ª parte)

Castrismo e Estalinismo

O castrismo, inicialmente um movimento pequeno-burguês radical, durante o desenvolvimento da Revolução Cubana se pôs em uma encruzilhada. Seguir seu programa burguês (moralização do Estado, Constituição) estrangulando a revolução, ou se subordinar ao impulso revolucionário das massas, rompendo com sua base social. Nesse processo, o M-26 pequeno-burguês se dividiu: sua maioria passou para o lado da burguesia, e a minoria, em torno de Fidel e Che Guevara, ligou-se ao proletariado, sob a forma de uma direção operária burocrática. Exemplo dessa ruptura foi a autoproclamação formal de Fidel como "marxista-leninista" em 1961.

A confluência progressiva da direção castrista com o estalinismo, no começo, foi repleta de conflitos, expressando a contradição entre uma revolução em marcha, apesar do controle burocrático crescente, e uma corrente mundial contra-revolucionária.

No início, a burocracia soviética entendeu a Revolução Cubana como mais uma carta no jogo da "coexistência pacífica" com o imperialismo, esperando manter uma política conciliadora (pró-capitalista) na América Latina, o que há décadas era feito pelos PCs, inclusive o cubano. No entanto, pressionado pelo imperialismo norte-americano e pela dinâmica da revolução, o castrismo chocou-se empiricamente contra a política de "coexistência pacífica", sem contudo romper com ela. Che Guevara critica a passividade da URSS e da China diante do ataque dos EUA ao Vietnã, enquanto em 1966 (Havana) a Conferência Tricontinental reúne governos nacionalistas que apenas buscavam negociar com o imperialismo. Em julho de 1967, realiza-se a conferência da Olas (Organização Latino-Americana de Solidariedade), para a qual apenas foram convidados três PCs latino-americanos e se criticou a "via pacífica", porém sob a lógica antimarxista do foquismo.

Com o fracasso do foquismo na América Latina, o castrismo acelerou sua integração ao estalinismo, tor-



nando-se uma variante deste. Apoiou a invasão da Tchecoslováquia em 1968, o governo militar peruano de Velasco Alvarado e a Unidade Popular chilena em 1972, que desarmou os trabalhadores chilenos com sua "via pacífica ao socialismo", facilitando o golpe de Pinochet. Participou do "Movimento de Países não Alinhados" ao lado de ditaduras como a de Videla na Argentina, além de, na África, fortalecer a política reacionária da burocracia russa. Em 1975, Fidel declarou que a "América Latina não está madura para o socialismo", depois aconselhou os revolucionários nicaraguenses a não seguir o "caminho cubano" (expropriação da burguesia) e encorajou a política de conciliação entre a FSLN e os "contras", o que levou à derrota do processo revolucionário na Nicarágua.

Internamente, o castrismo consolidou-se sobre a expropriação política do proletariado, isto é, em torno de privilégios burocráticos e da destruição da democracia operária. O Estado Operário cubano e a economia se estruturaram sob um aparelho administrativo separado e distante do controle dos operários e camponeses. Como exemplo, a mais democrática de suas instituições, a milícia popular, foi privada do direito de eleger

seus próprios oficiais; no período de 1960, inúmeros líderes sindicais, que haviam derrotado democraticamente os burocratas pró-Batista em 1959, foram substituídos burocraticamente por estalinistas (PSP) fiéis ao novo governo, e o tímido intento de estabelecer o controle operário na indústria, através dos "comitês de ajuda técnica", foi frustrado pela decisão de Che Guevara de impor aos sindicatos cubanos o exclusivo papel de aumentar a produção, deixando de lado a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores.

O auge dos ataques à democracia operária revelou-se no combate ao trotskismo, com a supressão do periódico "Voz Proletária" e do livro "A Revolução Permanente" de Trotsky, além de prisões e expulsões do país. Na Conferência Tricontinental (1966), Fidel denunciou o trotskismo, caracterizando-o como contra-revolucionário a serviço do imperialismo.

Hoje, trinta e dois anos após esta confissão de Fidel como estalinista, a linha restauracionista da burocracia castrista confirma as previsões do trotskismo: "a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado Operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo" (Programa de Transição).

Internacional



A realidade:

O capitalismo putrefato que marcha para a barbárie

(agudização extrema da contradição fundamental na estrutura econômica)

A política revolucionária — sua finalidade estratégica — deve ser a resposta que permita encaminhar-nos à revolução social, à sociedade sem classes.

A imprensa nos traz informações acerca de que os explorados e oprimidos dos países mais diversos têm se levantado, protestado e lutado contra a superexploração, contra o desconhecimento de todas as conquistas sociais, contra a fome e o desemprego.

Ausência do partido

As explosões sociais estão aí, consequência da profunda crise econômica que põe em evidência que nos encontramos diante da necessidade de que seja a revolução social proletária a que abra a perspectiva da construção do socialismo.

A maturidade extrema do fator objetivo (econômico) da revolução não é suficiente para a transformação automática do capitalismo, que se vai desintegrando em meio a uma podridão extrema, que vai empurrando a humanidade para a barbárie. Sabemos que por este caminho não poderemos libertar-nos da ditadura desastrosa da burguesia imperialista.

É a realidade mundial que nos golpeia, a que nos obriga a responder o desafio de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a Quarta Internacional, cimentada no Programa de Transição redigido por Trotsky.

A ausência de uma direção revolucionária mundial vem pesando negativamente

contra os poucos movimentos revolucionários que atuam em alguns países. O isolamento é um dos maiores inimigos na luta revolucionária contra o imperialismo. O caso boliviano é ilustrativo a respeito.

Características da Internacional

A Quarta Internacional tem de estruturar-se como o movimento marxista-leninista-trotskista de nossa época. Não se trata de uma questão de nome, mas programática de finalidade estratégica mundial, que em sua aplicação não pode ignorar as particularidades nacionais. É lamentável que os que se reclamam do marxismo venham capitulando ideologicamente diante das formulações que faz a burguesia. A queda do estalinismo, as consequências catastróficas da restauração capitalista, o fracasso do neoliberalismo, a demonstração da impossibilidade de rejuvenescimento do capitalismo ratificam a validade e o vigor do marxismo, do materialismo histórico.

A IV Internacional tem de enunciar com nitidez a estratégia da ditadura do proletariado, que nos países atrasados cumprirá as tarefas democráticas para transformá-las em socialistas, a libertação nacional do imperialismo e a estruturação em estados soberanos das nacionalidades hoje subjugadas.

Não é parlamentarista e seu método é a ação direta, que se traduzirá em insurreição armada quando chegar a hora de tomar o poder. Pode-se usar o parlamento com a finalidade de esgotar as ilusões democráticas das massas.

A IV Internacional e suas seções devem ser organizações bolcheviques, organizadas tanto para o trabalho legal como para o clandestino.

Organiza-se como partido único centralizado e usa em sua atividade diária o centralismo democrático e a autocrítica.

Extarido do Masas boliviano nº 1599

Lenin - Teoria Revolucionária

Sobre a disciplina

(Fragmento do livro "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", capítulo II- "Uma das condições fundamentais do êxito dos bolcheviques", pág.14, editora escriba)

"O bolchevismo existe como corrente do pensamento político e como partido político desde 1903. Somente a história do bolchevismo em todo o período de sua existência é capaz de explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele pôde forjar e manter, nas mais difíceis condições, a disciplina férrea, necessária a vitória do proletariado.

A primeira pergunta que surge é a seguinte: Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Segundo, por sua capacidade de ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Finalmente, pela

justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso por experiência própria. Sem essas condições é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade. Sem essas condições, os propósitos de implantar uma disciplina convertem-se, inevitavelmente, em ficção, em frases sem significado, em gestos grotescos. Mas, por outro lado, essas condições não podem surgir de repente. Vão se formando somente através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência; sua formação é facilitada por uma acertada teoria revolucionária que, por sua vez, não é um dogma e só se forma de modo definitivo em estreita ligação com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário".

Internacional



150 anos do Manifesto Comunista

No Massas nº 145, terminamos a exposição de uma série sobre os "Princípios do Comunismo", redigido por Engels, que serviu de base para Marx dar uma redação final ao Manifesto do Partido Comunista. Também publicamos o texto de Leon Trotsky denominado "90 anos do Manifesto Comunista". Agora iniciamos a seqüência sobre o próprio Manifesto.

Parte I

A exploração do trabalho é a fonte da luta de classes

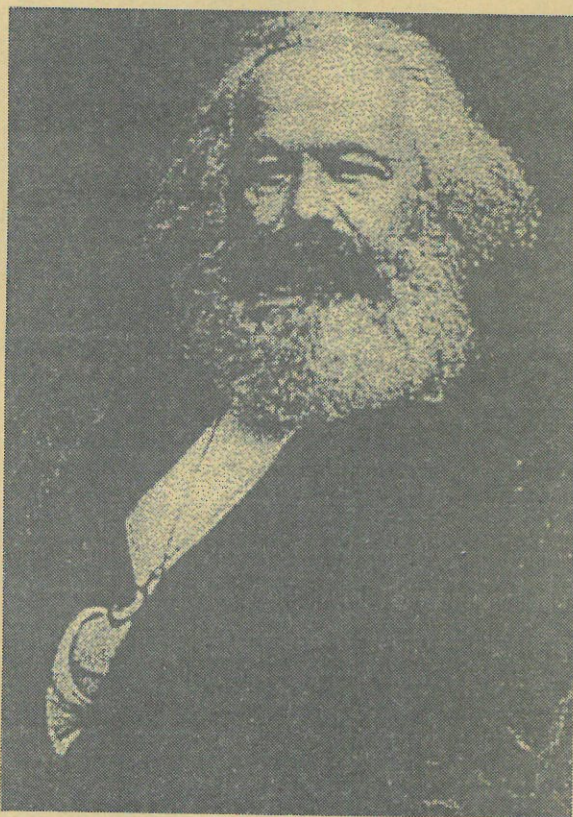
O Manifesto foi escrito pelos socialistas Marx e Engels como programa para Associação Operária Internacional, Liga dos Comunistas. Trata-se de um programa partidário, que estabelece as bases teóricas e práticas da revolução operária, anticapitalista. Em fins de 1847 foi redigido e em fevereiro de 1848 estava pronto para publicação. Este primeiro programa do partido marxista ganhou rapidamente o ódio mundial da burguesia, porém foi recebido com entusiasmo pela vanguarda revolucionária de vários países. Até hoje mantém sua atualidade.

O Manifesto Comunista expõe cientificamente as leis de desenvolvimento da economia capitalista, analisa suas contradições originadas da exploração do trabalho, verifica o esgotamento histórico do sistema econômico baseado na propriedade capitalista dos meios de produção e demonstra que o proletariado se constitui na classe revolucionária, que irá destruir a exploração do homem pelo homem.

Inicia afirmando: "A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes". Desta forma, conclui que o proletariado travará constantemente a luta de classes contra os capitalistas, se constituindo na base de seu método de ação. As posições do Manifesto se opõem completamente à conciliação de classe, que significa manter a exploração do trabalho.

A luta de classes tem origem nas relações de produção. Os operários vendem sua força de trabalho para ser explorada pelos capitalistas. Para a obtenção de grandes lucros, os assalariados são levados à miséria extrema. Assim diz o Manifesto: "O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo dentro de sua própria classe. O trabalhador cai na miséria e esta cresce mais rapidamente que a população e a riqueza." Eis a fonte da luta de classes.

Os adversários do marxismo combatem o princípio da luta de classes,



porque através dela as massas trabalhadoras descobrem sua poderosa força revolucionária e constrói seus organismos de poder contra o Estado capitalista.

O princípio do Manifesto de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores se baseia na descoberta de que cada vez mais o capitalismo se desagregará em crises e que a luta de classes se agudizará, levando o proletariado a compreender a necessidade histórica de tomar o poder da burguesia para pôr fim ao velho sistema de exploração.

Nas condições atuais em que as massas já não têm como sobreviver sob tamanha opressão social (fome, desemprego, desabrigo), a luta de classes tende a evoluir para a luta revolucionária anticapitalista.

A contradição entre a produção social e a apropriação privada

O Manifesto Comunista demonstra que o capitalismo resultou do esgotamento do modo de produção feudal e que a burguesia jogou, na sua origem histórica, um papel revolucionário. O regime econômico burguês se caracterizou por desenvolver as forças produtivas (trabalho huma-

no e máquinas) em grande escala através do estabelecimento da grande indústria e da criação do mercado mundial.

Marx descreve assim: "A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos"(...) "A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto".

Desta observação, o Manifesto conclui que um novo sistema social só pode surgir mediante o esgotamento do anterior. A lei fundamental do esgotamento está na contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade.

As relações capitalistas de produção se originaram e se desenvolveram desde o momento em que "o regime feudal de propriedade deixou de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas"(...). A classe burguesa encarnou historicamente um sistema econômico que revolucionou completamente os meios e os métodos de produção. Por isso, Marx diz: "A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as rela-

Internacional



ções de produção e, com isso, todas as relações sociais”.

Ocorre que, uma vez estabelecido o sistema capitalista, este revelou suas insolúveis contradições, que determinam seu esgotamento histórico. O capitalismo transformou a maioria da população em massa assalariada a serviço da produção.

Os meios de produção e a produção mesma se tornaram essencialmente sociais. Mas se submetem a uma forma de apropriação que tem como pressuposto a produção privada por indivíduos, na qual cada um possui seu próprio produto e o leva ao mercado. Desta forma, o modo de produção burguês se assenta no choque entre a produção social e a apropriação capitalista. “A contradição entre produção social e apropriação capitalista se manifesta como contraposição de proletariado e burguesia”. (...) “A contradição entre a produção social e apropriação capitalista se reproduz como contraposição entre organiza-

ção da produção em cada fábrica e a anarquia da produção na sociedade em seu conjunto”. Essa explicação de Engels, dada no “Anti-Dühring”, expressa bem a fundamentação do Ma-



nifesto sobre a essência da contradição da sociedade capitalista.

Isso quer dizer que os milhões de operários produzem socialmente uma fábula de riqueza, enquanto que a burguesia, classe minoritária, por ser proprietária dos meios de produção

se apropria dela. Esta contradição, que no início da formação do capitalismo impulsionou as forças produtivas, conduziu ao seu esgotamento histórico. As crises de superprodução e as quebras recessivas, bem como o aguçamento da luta de classes se originam na incompatibilidade alcançada entre as forças produtivas coletivizadas e as relações capitalista de produção.

O Manifesto dirá: “As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa”. As grandes convulsões internacionais comprovam esta tese.

A base material para a substituição do capitalismo pelo modo de produção socialista é dada por esse esgotamento histórico. O proletariado, ao expropriar a burguesia, eliminará a apropriação privada da produção. A propriedade coletivizada resolverá a contradição e libertará as forças produtivas, colocando-as a serviço das necessidades humanas, antagônicas à exploração do trabalho alheio e da divisão da sociedade em classes.

O que é o POR

O Partido Operário Revolucionário é a vanguarda organizada da classe operária (aqueles que não possuem meios de produção e recebem salário quando vendem sua força de trabalho).

Seu Objetivo final (estratégico): a revolução proletária e o governo operário-camponês (ditadura do proletariado).

O Brasil é um país semi-colonial (de economia atrasada) que sofre a opressão imperialista, sua classe operária é minoritária, por isso necessita do apoio de outras classes oprimidas para fazer a revolução. Sendo que pelo caráter histórico do país, desigual e combinado, os camponeses ocupam um papel importante para expulsar o imperialismo e apoiar o proletariado na tarefa da tomada do poder.

O governo operário e camponês é a expressão desta unidade, sobre a direção operária.

Na ditadura proletária ocorrerá pela primeira vez em toda história, uma autêntica democracia dos e para os explorados. Será uma ditadura revolucionária contra a burguesia, o imperialismo e seus agentes.

A classe operária no poder começará por resol-

ver as tarefas democráticas pendentes (tarefas capitalistas que a própria burguesia nacional é incapaz de cumprí-las, como a reforma agrária), de maneira tão radical e completa que se transformará em socialistas.

A finalidade da classe operária é uma sociedade sem classes. A revolução começará dentro das fronteiras nacionais, porém seu objetivo é alcançar o plano internacional, fator indispensável para destruir o imperialismo e consumir a libertação dos povos.

Os métodos de luta do POR são os métodos da classe operária, da revolução proletária, cujas bases se encontram na mobilização das massas.

Quando assumimos métodos de outras classes (parlamento, eleições etc.), os submetemos à ação direta das massas. Em nossa luta diária, nosso alicerce deve ser a independência de classe, tomando sempre o cuidado para não perder o caráter de direção da classe operária.

RESUMO: Nosso Objetivo: A Revolução e Ditadura Proletária. Nossa Tática, a Frente Antimperialista dirigida pelo proletariado; Nossos Métodos, A Revolução Proletária (mobilização e a ação direta das massas).

